

**Agência de Promoção de Exportações do Brasil
(APEX-BRASIL)**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL) (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

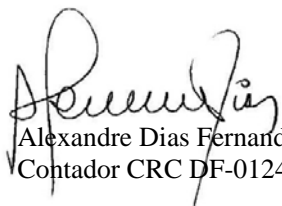


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL) em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 10 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa nº	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	Nota Explicativa nº	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.514	4.524	Provisões	12	7.340	5.848
Recursos vinculados a contratos e convênios	6	8.722	2.202	Obrigações trabalhistas sociais	13	3.008	432
Instrumentos financeiros	5	101.602	103.628	Obrigações com convênios e contratos	14	8.472	1.352
Créditos a receber	7	63.069	57.991	Contas a pagar a fornecedores e outras	15	2.407	1.182
Adiantamentos concedidos	8	65.702	42.966	Obrigações tributárias	16	779	444
Outros créditos	9	4.520	2.896				
		<u>245.129</u>	<u>214.207</u>			<u>22.006</u>	<u>9.258</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais e extrajudiciais	10	658	456	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	12	100	456
Imobilizado	11	4.876	5.331	Provisão de prêmio por tempo de serviço	17	1.200	-
Intangível	11	9.812	6.229			<u>1.300</u>	<u>456</u>
		<u>15.346</u>	<u>12.016</u>				
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		<u>260.475</u>	<u>226.223</u>	Superávit acumulado	18	216.509	228.683
				Superávit (déficit) do período		20.660	(12.174)
						<u>237.169</u>	<u>216.509</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>260.475</u>	<u>226.223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa nº	2014	2013
Receitas operacionais			
Receitas com contribuições	19	436.708	402.923
Receitas de convênios e contratos	20	7.605	9.331
Outras receitas	21	4.124	5.638
		<u>448.437</u>	<u>417.892</u>
Custos e despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(80.976)	(81.613)
Despesas gerais e administrativas	23	(73.795)	(73.176)
Despesas tributárias	24	(12.294)	(14.183)
Despesa com depreciação e amortização		(2.742)	(4.129)
Despesas com projetos	25	(270.022)	(267.890)
Outras despesas operacionais		-	(11)
		<u>(439.829)</u>	<u>(441.002)</u>
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro		8.608	(23.110)
Receitas e despesas financeiras			
	26		
Receitas financeiras		13.757	12.155
Despesas financeiras		(1.705)	(1.219)
		<u>12.052</u>	<u>10.936</u>
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>20.660</u>	<u>(12.174)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Superávit (déficit) do período	20.660	(12.174)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>20.660</u></u>	<u><u>(12.174)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) de períodos anteriores	Superávit (déficit) do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 originalmente apresentado	<u>188.257</u>	<u>-</u>	<u>(10.579)</u>	<u>177.678</u>
Ajustes de exercícios anteriores	-	23.395	27.610	51.005
Saldos em 1º de janeiro de 2013 (reapresentados)	188.257	23.395	17.031	228.683
Incorporação do superávit do exercício anterior	40.426	(23.395)	(17.031)	-
Superávit/(Déficit) do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.174)</u>	<u>(12.174)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>228.683</u>	<u>-</u>	<u>(12.174)</u>	<u>216.509</u>
Incorporação do déficit anterior	(12.174)	-	12.174	-
Superávit (déficit) do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.660</u>	<u>20.660</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>216.509</u>	<u>-</u>	<u>20.660</u>	<u>237.169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit/(Déficit) do período	20.660	(12.174)
Ajustes para reconciliar o superávit do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.742	4.129
	<u>23.402</u>	<u>(8.045)</u>
Aumento (redução) nos ativos		
Outros ativos financeiros	2.026	16.590
Recursos financeiros vinculados a contratos e convênios	(6.520)	2.000
Créditos a receber	(5.078)	(6.154)
Adiantamentos concedidos	(22.736)	8.657
Outros créditos	(1.624)	(1.622)
Depósitos judiciais	(202)	380
	<u>(34.134)</u>	<u>19.851</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Provisões trabalhistas	1.492	131
Obrigações trabalhistas e sociais	2.576	(2.087)
Obrigações com convênios/contratos	7.120	(2.626)
Contas a pagar a fornecedores e outras	1.225	135
Obrigações tributárias	335	(268)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(356)	323
Provisão de prêmio por tempo de serviço	1.200	-
	<u>13.592</u>	<u>(4.392)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.860	7.414
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(849)	(1.894)
Adições ao ativo intangível	(5.021)	(4.426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(5.870)</u>	<u>(6.320)</u>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.010)</u>	<u>1.094</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.514	4.524
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>(4.524)</u>	<u>(3.430)</u>
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(3.010)</u></u>	<u><u>1.094</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-BRASIL (“APEX-BRASIL” ou “Agência”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de serviço social autônomo. A sede da Agência está localizada na SBN, Quadra 2, Lote, Ed. APEX-BRASIL, CEP: 70040-020, Brasília - DF.

A APEX-BRASIL foi autorizada por intermédio da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, e regulamentada por meio do Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003. Em razão de ser pessoa jurídica de direito privado, a existência legal da APEX-BRASIL começou com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro.

O objetivo da APEX-BRASIL é, em cooperação com o Poder Público, promover as exportações brasileiras e investimentos, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação e da capacitação, do desenvolvimento institucional, entre outras ações, observada a política nacional de desenvolvimento, mormente no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços e tecnologia, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

A missão da APEX-BRASIL é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

A APEX-BRASIL atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimento.

O apoio aos setores da economia pela APEX-BRASIL acontece por meio de seis temáticas, quais sejam: Agronegócios, Alimento e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados com as entidades representativas de cada setor.

A gestão da APEX-BRASIL é supervisionada pelo Poder Executivo por meio de um Contrato de Gestão, que estipula metas e objetivos, prazos e responsabilidades para sua execução e critérios para avaliação da aplicação dos recursos repassados à APEX-BRASIL.

A APEX-BRASIL é sediada em Brasília e mantém unidades no exterior, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA); Bogotá (Colômbia); Havana (Cuba); Luanda (Angola); Bruxelas (Bélgica); Moscou (Rússia); Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Pequim (China).

A APEX-BRASIL é uma entidade isenta do imposto de renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997, art. 15). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/1998, art. 10º).

As entidades consideradas isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos da Lei nº 9.532/1997, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/1998, arts. 10º e 18, IV.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

De acordo com o inciso § 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Agência está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, de 24 de agosto de 2001, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1% (um por cento).

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei. Sobre as receitas não próprias, a APEX-BRASIL efetua o recolhimento da COFINS.

Para a APEX-BRASIL atender à sua competência institucional, foi prevista receita de natureza tributária, definida pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (art. 8º), como adicional às alíquotas de contribuição social, e jurisprudencialmente considerada como contribuição de intervenção no domínio econômico, arrecadada pela Receita Federal do Brasil, consoante Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e repassada mensalmente à Agência.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas pela depreciação/amortização acumulada do ativo imobilizado e intangível (Nota Explicativa nº 11), pelos instrumentos financeiros mensurados a valor justo (Nota Explicativa nº 5) e pelas provisões para riscos trabalhistas (Nota Explicativa nº 12).

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Informações contábeis das Unidades da APEX-BRASIL no exterior

As demonstrações financeiras das Unidades no exterior estão integradas sistemicamente às da Entidade. As Unidades da APEX-BRASIL estão na Ásia (China), Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos), na América do Norte (Estados Unidos), na América Central e Caribe (Cuba), na América do Sul (Colômbia), na Europa (Bélgica e Rússia) e na África (Angola).

No processo de integração, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais e os resultados das transações intercompanhias não realizadas até a data do balanço, e estão sendo apresentadas, exclusivamente, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração, informações relativas à totalidade das atividades operacionais da APEX-BRASIL e das Unidades.

3.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o real, que é a moeda funcional da APEX-BRASIL, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para reais, que é a moeda funcional da APEX-BRASIL à taxa de câmbio apurada naquela data.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do período.

As moedas das Unidades da APEX-BRASIL no exterior são: na Ásia (China) a moeda é o Yuan, no Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos) a moeda é o Dirham, na América do Norte (Estados Unidos) a moeda é o Dólar, na América Central e Caribe (Cuba) a moeda é o Cuc (Peso Cubano Conversível), na América do Sul a (Colômbia) é o Peso Colombiano, na Europa (Bélgica e Rússia) as moedas são o Euro e o Rublo, respectivamente, e na África (Angola) a moeda é o Kwanza.

(ii) **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

3.3 Consolidação dos fundos exclusivos

Os fundos exclusivos representam apenas um veículo para que a Entidade diversifique seus investimentos em uma carteira conveniente em termos de fluxo de caixa e rentabilidade, com a neutralidade do tratamento tributário dos fundos. Assim, em essência, os ativos do fundo são, na verdade, os ativos da Entidade, e devem ser assim considerados, para fins da divulgação nas demonstrações financeiras, evidenciando, segregadamente, a sua natureza. A consolidação dos fundos exclusivos está evidenciada na Nota Explicativa nº 5.

3.4 Instrumentos financeiros não derivativos

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício, conforme Nota Explicativa nº 5.

(iii) **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos, recursos vinculados a contratos e convênios, créditos a receber, adiantamentos concedidos e outros créditos.

(iv) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo. Vide Nota Explicativa nº 4.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quando expiram.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: benefícios a empregados, obrigações trabalhistas, obrigações com convênios e contratos, contas a pagar a fornecedores e outras.

(v) *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.5 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver. O custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Taxa de depreciação estimada
Móveis e utensílios	Em média 8% ao ano, calculados pela vida útil remanescente.
Máquinas e equipamentos	Em média 12% ao ano, calculados pela vida útil remanescente.
Instalações	10% ao ano, pelo método linear.
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20% ao ano, de acordo com a vigência do contrato de locação.
Equipamentos de informática	Em média 24% ao ano, calculados pela vida útil remanescente.
Veículos	25% ao ano, calculados pela vida útil remanescente.
Software	20% ao ano, pelo método linear.

(iv) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

O imobilizado é revisto para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na data das demonstrações financeiras.

3.6 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, em que seja provável que, para a solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas para refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Entidade e por seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos, quando aplicável, nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos Tribunais de Justiça.

3.8 Reconhecimento das receitas e despesas

(i) *Receitas com contribuições*

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) arrecadadas pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), conforme previsão legal contida na Lei nº 10.668/03. O reconhecimento no resultado ocorre quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial do INSS, e normalmente é recebido financeiramente no mês subsequente ao da competência.

(ii) *Receitas e despesas de convênios e contratos*

Os recursos financeiros vinculados aos convênios sob execução da APEX-BRASIL, e que são apresentados separadamente em “Caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida da própria APEX-BRASIL. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com convênios e contratos”, e detalhadas na Nota Explicativa nº 14. As efetivações da utilização destes recursos representam o reconhecimento das receitas e despesas de convênios e contratos reconhecidos pelo regime de competência.

As efetivações da utilização destes recursos ocorrem pelo regime de competência, pois as receitas e as despesas com convênios e contratos devem ser reconhecidas à medida que os projetos sejam executados pela APEX-BRASIL como conveniente, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos e não quando do desembolso financeiro ao conveniado, pois neste momento se configura um adiantamento recebido pela APEX-Brasil e um passivo com a contraparte (conveniente).

Os convênios e contratos em vigor são descritos na Nota Explicativa nº 20.

(iii) Outras receitas

As outras receitas são, substancialmente, compostas de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da APEX-BRASIL para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela APEX-BRASIL em Feiras Internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, para parcerias com distribuidores e para auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

3.9 Circulante e não circulantes

Os ativos e passivos vencíveis até 31 de dezembro de 2015 foram classificados como circulantes enquanto os vencíveis após essa data como não circulante.

3.10 Gestão de Riscos

(i) Instrumentos financeiros - Gestão de risco

A APEX-BRASIL poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a APEX-BRASIL está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo destas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da APEX-BRASIL, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2014, os passivos financeiros da Entidade têm vencimento programado para até 60 (sessenta) dias, exceto com relação às obrigações de convênios e contratos, cuja efetivação poderá ocorrer até o término do próximo exercício fiscal.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela APEX-BRASIL.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e de aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, como composição das carteiras, regulamento e movimentação mensal, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a APEX-BRASIL não possuía instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado (taxa de juros e cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (vide Notas Explicativas nº 3.1 e nº 3.2).

Análise de sensibilidade de carteira

A APEX-BRASIL desenvolveu a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas Selic e operações pré-fixadas, conforme disposto no item 40 do CPC nº 40(R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

O saldo em aplicações financeiras em 31/12/2014 é de R\$ 101.703, conforme Nota Explicativa nº 5. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos dos resultados advindos de uma alta de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente:

Fatores de risco associados somente às operações pré-fixadas	Provável Atual	Possível 25%	Remoto 50%
Taxas (i)	11,58%	13,58%	16,58%
Perda nas aplicações Pré	23	89	218
Percentual do PL do fundo	0,02%	0,09%	0,21%

- (i) Taxas:
As taxas utilizadas nesta análise são apresentadas e calculadas pela consultoria de análise e controle de risco de mercado Aditus referente a 31/12/2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

São disponibilidades imediatas em caixa e contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão descritas a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Fundo fixo de caixa	31	5
C/C Banco do Brasil S.A.	110	413
C/C Caixa Econômica Federal	-	10
C/C Outros bancos no Brasil	-	15
C/C Outros bancos nas Unidades do exterior (i)	1.373	4.081
Total	1.514	4.524

- (i) As principais contas são do banco Citibank nos Estados Unidos, ICBC na China e ING na Bélgica.

5 Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras da APEX-BRASIL são restritas àquelas com lastro em títulos, predominantemente, públicos e poupança. A Agência não realiza aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou em outros ativos de risco.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas com base na cotação do último dia do mês, e a poupança com base na remuneração oficial. Em ambos os casos, o valor justo dos ativos é semelhante ao valor contábil registrado.

Os recursos aplicados são destinados às manutenções operacional e administrativa da APEX-BRASIL, conforme composição a seguir:

Instituição financeira	31/12/2014	31/12/2013
Fundo Apexport - Caixa Econômica Federal (Exclusivo) (i)	101.703	103.788
Fundo Comercial 17 - Banco do Brasil (Aberto) (i)	-	153
Fundo CEF (Aberto) (ii)	-	-
Poupanças - Banco do Brasil e CEF	29	28
(-) Provisão de Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras	(130)	(341)
Total	101.602	103.628

- (i) O Fundo de Investimento Exclusivo Caixa APEX-BRASIL Renda Fixa Longo Prazo é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, e destina-se a receber aplicações da APEX-BRASIL, investidor qualificado na forma da legislação vigente.
- (ii) Fundos destinados à manutenção do capital de giro, que em alguns meses têm seu saldo utilizado integralmente, mas sempre constituído a partir do repasse mensal.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os investimentos da APEX-BRASIL em títulos e valores mobiliários estão em sua totalidade mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado abaixo:

a. Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014

	Gestor	Quantidade	Valor justo	Vencimento				
				2015	2016	2017	2018	2019 a 2050
Disponibilidades		-	1	1	-	-	-	-
Operações compromissadas								
Títulos Públicos Federais								
Notas do Tesouro Nacional	CEF	4.777	10.694	-	-	-	-	10.694
		<u>4.777</u>	<u>10.694</u>	-	-	-	-	<u>10.694</u>
Títulos e valores mobiliários de renda fixa								
Títulos Públicos Federais								
Letras Financeiras do Tesouro	CEF	10.505	68.674	9.806	-	-	3.269	55.599
Letras do Tesouro Nacional	CEF	27.100	22.334	-	15.934	-	5.067	1.333
		<u>37.605</u>	<u>91.008</u>	<u>9.806</u>	<u>15.934</u>	-	<u>8.336</u>	<u>56.932</u>
Total do ativo			<u><u>101.703</u></u>	<u><u>9.807</u></u>	<u><u>15.934</u></u>	-	<u><u>8.336</u></u>	<u><u>67.627</u></u>

b. Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013

	Gestor	Quantidade	Valor justo	Vencimento				
				2014	2015	2016	2017	2018 a 2050
Disponibilidades		-	1	1	-	-	-	-
Operações compromissadas								
Títulos Públicos Federais								
Notas do Tesouro Nacional	CEF	37.413	33.617	33.617	-	-	-	-
		<u>37.413</u>	<u>33.617</u>	<u>33.617</u>	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários de renda fixa								
Títulos Públicos Federais								
Letras Financeiras do Tesouro	CEF	13.135	46.124	2.264	17.688	4.129	-	22.043
Letras do Tesouro Nacional	CEF	30.200	24.046	-	5.869	14.411	3.766	-
		<u>43.335</u>	<u>70.170</u>	<u>2.264</u>	<u>23.557</u>	<u>18.540</u>	<u>3.766</u>	<u>22.043</u>
Total do ativo			<u><u>103.788</u></u>	<u><u>35.882</u></u>	<u><u>23.557</u></u>	<u><u>18.540</u></u>	<u><u>3.766</u></u>	<u><u>22.043</u></u>

6 Recursos vinculados a contratos e convênios

São disponibilidades, em contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em fundos de investimentos, decorrentes de relações jurídicas estabelecidas pela APEX-BRASIL, seja por meio de Contrato de Patrocínio, como o celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, seja por meio de Convênio, como os celebrados com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A seguir, apresentamos a composição da rubrica:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Contratos		
Correios	-	600
	-	600
Convênios		
Convênios com o MDIC	1.310	1.270
Convênio com o MDIC para execução da Expo-Milão 2015 (i)	7.058	-
Outros convênios	354	332
	<u>8.722</u>	<u>1.602</u>
	<u>8.722</u>	<u>2.202</u>

- (i) A APEX-BRASIL e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior assinaram em 26/12/2013 o Convênio nº 67/2013, aditivado em 2014, para participação brasileira na Exposição Universal de Milão 2015, totalizando o montante do convênio de R\$ 51.600, sendo R\$ 46.000 do concedente e o restante relativo à contrapartida da convenente.

7 Créditos a receber

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Arrecadação proveniente do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990 (i)	62.241	57.703
Contas a receber de clientes (ii)	828	288
	<u>63.069</u>	<u>57.991</u>
Total	<u>63.069</u>	<u>57.991</u>

- (i) O saldo é proveniente do repasse, pela SRFB, destinado à APEX-BRASIL, cujas ordens de crédito foram efetivadas em janeiro de 2014 e 2015.
- (ii) A variação aumentativa decorre de faturamento de serviços de organização das feiras SIAL e FIHAV.

8 Adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos para convênios e projetos (i)	64.647	42.080
Adiantamentos para viagens	4	129
Adiantamento para empregados	514	382
Outros adiantamentos	537	375
	<u>65.702</u>	<u>42.966</u>
Total	<u>65.702</u>	<u>42.966</u>

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos:
São recursos financeiros repassados às entidades conveniadas da APEX-BRASIL e ainda não executados. A utilização de conta-corrente única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios.

As efetivações da utilização desses recursos ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas na medida em que os projetos são executados pelas convenentes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos e não quando do desembolso financeiro feito pela concedente APEX-BRASIL, pois nesse momento se configura um adiantamento. As movimentações destes adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos para convênios e projetos		
Saldo inicial do período anterior	42.080	51.005
(+) Repasses efetuados no período	203.552	166.730
(-) Devoluções de convênios (ii)	(3.030)	-
(-) Efetivações pelas convenentes	<u>(177.955)</u>	<u>(175.655)</u>
Saldo final do período	<u><u>64.647</u></u>	<u><u>42.080</u></u>

- (ii) Devoluções de convênios:
A partir deste exercício, os adiantamentos apresentados para convênios e projetos são mantidos até sua execução total ou sua devolução.

9 Outros créditos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos e garantias contratuais	479	331
Fundo de Assistência Odontológica - FAO (i)	574	379
Despesas antecipadas (ii)	3.119	2.097
Tributos a recuperar nas unidades no exterior	13	8
Outros créditos (iii)	<u>335</u>	<u>81</u>
Total	<u><u>4.520</u></u>	<u><u>2.896</u></u>

- (i) Fundo de Assistência Odontológica (FAO):
O Fundo de Assistência Odontológica (FAO) corresponde a um fundo monetário interno, composto por aportes realizados pela APEX-BRASIL sempre que os recursos do fundo atingirem um limite mínimo, de acordo com normativos internos, cujo objetivo é custear os tratamentos odontológicos de seus empregados, por meio do pagamento das clínicas odontológicas conveniadas à APEX-BRASIL, com co-participação dos colaboradores.
- (ii) Despesas antecipadas:
A variação aumentativa corresponde principalmente à apropriação do aluguel da sede, com vigência até março de 2015, e ao diferimento de licenças para utilização das bases de dados Euromonitor e The Economist.
- (iii) Outros créditos:
A variação aumentativa em outros créditos corresponde ao aumento nos créditos de passagens aéreas a receber, pelo aumento da quantidade de viagens e, respectivamente, modificações e cancelamentos, que geram estes créditos.

10 Depósitos judiciais e extrajudiciais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais e extrajudiciais (i)	71	-
Depósito INSS sobre terço de férias - Exigibilidade suspensa (ii)	<u>587</u>	<u>456</u>
Total	<u>658</u>	<u>456</u>

- (i) Depósitos judiciais e extrajudiciais:
Correspondem ao depósito em juízo decorrente de processo judicial, de natureza trabalhista, em trâmite perante as Cortes de Varsóvia, na Polônia, país este onde a APEX-BRASIL manteve filial até o encerramento total das suas operações no início deste exercício.
- (ii) Depósitos judiciais referentes ao INSS sobre terço de férias - Exigibilidade suspensa:
Correspondem aos valores da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), que estão sendo depositados em juízo em razão de Ação de Depósito Judicial, com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal.

11 Imobilizado e intangível

A seguir, a composição do ativo imobilizado e do intangível para 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2013	Aquisições do período	Baixas do período	Depreciação/amortização acumulada	31/12/2014	31/12/2013
						Valor líquido	Valor líquido
Tangíveis							
Móveis e utensílios	8%	3.413	185	-	(1.890)	1.708	1.823
Máquinas e equipamentos	12%	328	5	-	(232)	101	137
Instalações	10%	677	-	-	(482)	195	247
Benfeitoria em propriedade de terceiros	20%	7.253	-	-	(7.238)	15	65
Equipamentos de informática	24%	6.974	659	(1.213)	(3.884)	2.536	2.716
Veículos	25%	<u>507</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(186)</u>	<u>321</u>	<u>343</u>
		<u>19.152</u>	<u>849</u>	<u>(1.213)</u>	<u>(13.912)</u>	<u>4.876</u>	<u>5.331</u>
Intangíveis							
Softwares (i)	20%	17.655	5.021	-	(12.866)	9.810	6.226
Outros intangíveis		<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
		<u>17.661</u>	<u>5.021</u>	<u>-</u>	<u>(12.870)</u>	<u>9.812</u>	<u>6.229</u>

- (i) *Softwares:*
As aquisições ocorridas no exercício referem-se principalmente ao desenvolvimento de funcionalidades do sistema Fênix, que realiza o gerenciamento de todos os convênios e projetos da APEX-BRASIL.

12 Provisões

Provisões trabalhistas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisões de férias e encargos (i)	6.283	5.276
Provisões de encargos (i)	2	-
Provisão de descanso anual (ii)	323	288
Provisão de prêmio por tempo de serviço - curto prazo (iii)	457	-
Obrigações trabalhistas das unidades no exterior	275	284
	<u>7.340</u>	<u>5.848</u>
Total	<u>7.340</u>	<u>5.848</u>

- (i) Provisões de férias e encargos pertinentes:
Correspondem às provisões para férias e encargos pertinentes aos funcionários da Agência, essas provisões foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal.
- (ii) Provisões de descanso anual:
Correspondem a provisões para férias e encargos pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de diretores.
- (iii) Provisões de prêmio por tempo de serviço:
Correspondem a provisões do benefício de prêmio por tempo de serviço que foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelos empregados e que serão liquidadas no curto prazo, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósito INSS sobre terço de férias - Exigibilidade suspensa (i)	-	456
Provisão para contingências tributárias de risco provável (ii)	100	-
Total	<u>100</u>	<u>456</u>

- (i) Depósito INSS sobre terço de férias - Exigibilidade suspensa:
Houve reversão de provisão contábil para contingenciamento para a Ação de Depósito Judicial, pois este processo é considerado de realização possível, portanto não sujeito a provisionamento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mesmo que continue sendo depositado em juízo em razão do pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.
- (ii) Provisão para contingências tributárias de risco provável:
Houve constituição de provisão para contingência tributária em função de reavaliação do risco de processo de execução fiscal movido pela PGFN contra a empresa denominada APEX S.A. Antes da constituição da APEX-BRASIL, ainda no âmbito do Sebrae, foi aberta uma empresa denominada APEX S.A., que por motivos diversos foi encerrada, e, no caso, a PGFN insurge-se sobre os débitos dessa empresa.

Contingências passivas classificadas como possíveis

A APEX-BRASIL possui processos judiciais classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

Nos processos de natureza tributária, a APEX-BRASIL responde, com outras Entidades do Sistema “S”, a mandados de segurança e ações ordinárias, classificados como perda “possível” pelos assessores jurídicos internos. O objeto dessas ações é sobre a inexigibilidade das contribuições previdenciárias devidas ao Sistema “S”, que incluem as contribuições devidas à APEX-BRASIL. Cabe ressaltar não ser possível calcular base suficiente para estimar a perda, pois o processo envolve mais de uma entidade do Sistema “S” e poderá até ser pago mediante compensação de futuras receitas.

Em outro processo de natureza tributária, os valores da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal) estão sendo depositados em juízo em razão de Ação de Depósito Judicial, com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal, no valor de R\$ 587.

Ainda desta natureza, há o processo administrativo nº 10166.730498/2013-22 movido pela APEX-BRASIL em face da SRFB para impugnar a cobrança de taxa administrativa a maior incidente sobre o valor arrecadado a título de contribuição para a APEX-BRASIL (Lei nº 8.029/90), bem como a cobrança de valor referente à diferença de percentual dos últimos cinco anos. No entender da SRFB, a taxa de administração deve ser de 3,5% e não de 1,5% como vinha descontando nos últimos sete anos. O valor estimado para a perda, quanto aos valores retroativos, de acordo com a Gerência Executiva Jurídica, é de R\$ 36.675. Todavia, deve-se registrar que a APEX-BRASIL impetrou Mandado de Segurança em face da SRFB, visando afastar a referida cobrança, tendo obtido liminar em 01/06/2014, ordenando que a SRFB se abstivesse de descontar taxa a maior dos valores de contribuição destinados à APEX-BRASIL, bem como se abstivesse de proceder à cobrança dos valores pretéritos a título de taxa administrativa. Havendo perda, deverá ser acrescida ao valor estimado a diferença mensal da taxa de administração, a partir da data da liminar até 31/12/2014, no montante de R\$ 5.574.

Acrescenta-se também a exigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o aviso prévio indenizado e a parcela adicional de um doze avos do décimo terceiro salário. A APEX-BRASIL obteve liminar em 10 de março de 2014 para suspender o recolhimento dessas contribuições, com base em Mandado de Segurança.

Nos processos de natureza trabalhista, a APEX-BRASIL responde a sete reclamatórias trabalhistas de pedidos, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração etc. O valor estimado para a perda, de acordo com a Gerência Executiva Jurídica, é de R\$ 5.360.

13 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Proventos e rescisões a pagar	208	330
Encargos sociais (i)	2.800	102
Total	3.008	432

- (i) Encargos sociais:
Em dezembro de 2013 houve pagamento antecipado de encargos sociais referentes a INSS, FGTS e IRRF no mesmo mês de provisionamento.

14 Obrigações com convênios e contratos

A APEX-BRASIL e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior assinaram em 2013 o Convênio nº 26/2013, para desenvolvimento de estudos e ações visando à atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil, totalizando o montante do convênio de R\$ 1.263, sendo R\$ 713 do concedente e o restante relativo à contrapartida da conveniente.

A APEX-BRASIL e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior assinaram em 26/12/2013 o Convênio nº 67/2013, aditivado em 2014, para participação brasileira na Exposição Universal de Milão 2015, totalizando o montante do convênio de R\$ 51.600, sendo R\$ 46.000 do concedente e o restante relativo à contrapartida da conveniente.

O total das obrigações com convênios e contratos é de R\$ 8.472 (R\$ 1.352 em 31 de dezembro de 2013). Os valores a comprovar referem-se a valores recebidos dos parceiros nos respectivos convênios, que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios. A seguir, a movimentação dos recursos no período:

Descrição	Saldo em 31/12/2013	(+) Valor recebido no período	(+) Rendimento de aplicações no período	(-) Valor realizado no período	Valores a comprovar saldo em 31/12/2014
Convênio com o MDIC para Expo-Milão 2015	-	12.665	171	(5.778)	7.058
Convênios com o MDIC	1.270	1.753	59	(1.772)	1.310
Convênio com o BID	332	-	23	(1)	354
Valores de contrapartida APEX-BRASIL	(250)	-	-	-	(250)
Total	1.352	14.418	253	(7.551)	8.472

Descrição	Saldo em 31/12/2012	(+) Valor recebido no período	(+) Rendimento de aplicações no período	(-) Valor realizado no período	(-) Valores devolvidos; Contrapartida APEX-BRASIL	Valores a comprovar saldo em 31/12/2013
Convênios com o MDIC	3.647	1.025	115	(2.610)	(907)	1.270
Convênio com o BID	331	-	13	(12)	-	332
Valores de contrapartida APEX-BRASIL	-	-	-	-	(250)	(250)
Total	3.978	1.025	128	(2.622)	(1.157)	1.352

15 Contas a pagar a fornecedores e outras

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos de clientes e outros (i)	976	31
Outras contas a pagar (ii)	714	322
Fundo de Assistência Odontológica (FAO)	574	379
Fornecedores nacionais e estrangeiros	143	450
Total	2.407	1.182

(i) Adiantamento de clientes e outros:
Antecipação de clientes para aquisição de espaço na Feira Gulfood, ocorrida em fevereiro de 2015.

(ii) Outras contas a pagar:
A variação aumentativa decorre de aluguéis a pagar das filiais de Miami e de Pequim.

16 Obrigações tributárias

São os saldos de obrigações referentes às retenções na fonte de terceiros (PIS, COFINS, CSLL, IRRF e ISS), obrigações referentes a tributos sobre faturamento de serviços (ISS e COFINS) e tributos sobre pagamento de serviços ao exterior (CIDE), cujos recolhimentos ocorrerão no mês subsequente.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tributos Retidos na Fonte de Terceiros:		
IRRF de terceiros a recolher	42	35
ISS de terceiros a recolher	153	99
PIS/COFINS/CSLL a recolher	133	134
Tributos Incidentes sobre o Faturamento:		
ISS e COFINS sobre faturamento de serviços	-	-
Tributos incidentes sobre as Remessas para o Exterior:		
CIDE (i)	262	33
Outras obrigações tributárias:		
Provisão de INSS patronal sobre 1/3 férias a recolher/pagar	174	101
Obrigações tributárias das filiais no exterior	15	42
Total	779	444

- (i) Tributos incidentes sobre as Remessas para o Exterior - CIDE:
A variação aumentativa decorre de CIDE a pagar sobre remessas para pagamentos de fornecedores da Expo-Milão 2015, ocorridos no mês de dezembro de 2014.

17 Provisão de prêmio por tempo de serviço

A Diretoria da APEX-Brasil aprovou em junho de 2014 a Instrução Normativa nº 38 que concede um novo benefício aos colaboradores, denominado Prêmio por Tempo de Serviço (PTS), com efeitos a partir da assinatura da referida Instrução. Este prêmio objetiva o reconhecimento dos anos de exercício profissional dedicados à APEX-BRASIL, contados em períodos de cinco anos completos. A provisão é feita mensalmente a partir da folha de pagamento, e os valores são classificados como exigíveis a longo prazo durante o período de aquisição do benefício, sendo reclassificada para o curto prazo a parcela a vencer para os 12 meses subsequentes.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de prêmio por tempo de serviço	1.200	-
Total	1.200	-

18 Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido, no montante de R\$ 237.169 em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor da reserva patrimonial de R\$ 79.521, recebida por ocasião da criação da Agência, somado ao montante de R\$ 157.648, que corresponde aos resultados acumulados a partir do exercício de 2003, quando a APEX-BRASIL iniciou suas operações. No exercício de 2014, o superávit foi de R\$ 20.660.

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, de superávits acumulados. Os valores demonstrados abaixo referem-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Superávit acumulado	216.509	228.683
Superávit / (Déficit) do exercício	<u>20.660</u>	<u>(12.174)</u>
Total	<u><u>237.169</u></u>	<u><u>216.509</u></u>

19 Receitas com contribuições

Descrição	2014	2013
Contribuição destinada à APEX-BRASIL - Lei nº 8.029/1990) (i)	446.073	412.969
Taxa administrativa - SRFB (ii)	<u>(9.365)</u>	<u>(10.046)</u>
Total	<u><u>436.708</u></u>	<u><u>402.923</u></u>

- (i) Contribuição destinada à APEX-BRASIL - Lei nº 8.029/1990:
A receita da APEX-BRASIL, de natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, e jurisprudencialmente como contribuição de intervenção no domínio econômico, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB.
- (ii) Taxa administrativa SRFB:
A taxa de administração sobre a arrecadação, descontada pela SRFB para arrecadar e repassar os recursos destinados à APEX-BRASIL, foi de 1,5% até julho de 2013. Porém em agosto de 2013, a SRFB passou a entender que a taxa deveria ser de 3,5%. Assim, começou a descontar 2% a mais, bem como notificou a APEX-BRASIL sobre a cobrança dos valores referentes aos últimos cinco anos. A APEX-BRASIL impugnou administrativamente a cobrança a maior da taxa administrativa, bem como a cobrança dos valores pretéritos referentes à diferença de 2%, mas não obteve êxito. A APEX-BRASIL então impetrou Mandado de Segurança em face da SRFB, visando a afastar a referida cobrança adicional de 2% e a cobrança pretérita, tendo obtido liminar favorável em 01/06/2014, ordenando que a autoridade coatora se abstenha de descontar estes valores, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

20 Receitas de convênios e contratos

Descrição	2014	2013
Convênio com o MDIC para Expo-Milão 2015 (i)	5.758	-
MDIC - Novos convênios (ii)	1.261	3.014
Outros patrocínios da Rio +20 (iii)	584	6.306
BID	<u>2</u>	<u>11</u>
Total	<u><u>7.605</u></u>	<u><u>9.331</u></u>

- (i) A variação aumentativa refere-se à execução dos recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para a participação brasileira na Exposição Universal de Milão 2015.
- (ii) A variação diminutiva refere-se aos convênios do MDIC para Design e Pesquisa e Desenvolvimento com maior execução no exercício anterior.
- (iii) A variação diminutiva refere-se ao contrato de patrocínio da Conferência Rio +20 com a Eletrobras, no exercício anterior, com complemento de pagamento neste exercício.

21 Outras receitas

Descrição	2014	2013
Prestações de serviços (i)	2.073	1.329
Prestações de serviços nas filiais	965	1.199
Outras receitas correntes (ii)	665	91
Restituições de projetos/convênios (iii)	-	2.953
Outras receitas operacionais (iv)	419	66
Variação cambial (ganho)	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.124</u>	<u>5.638</u>

- (i) Prestações de serviços:
A variação aumentativa refere-se a uma maior quantidade de feiras faturadas em 2014, destacando-se a SIAL e a Gulfood.
- (ii) Outras receitas correntes:
A variação aumentativa decorre principalmente de reversão de provisão contábil para contingenciamento para a Ação de Depósito Judicial.
- (iii) Restituições de projetos/convênios:
A variação diminutiva refere-se à devolução de recursos de convênios em 2013, com destaque para Sindman no valor de R\$ 1.300 e ABVCAP no valor de R\$ 260. A partir de 2014, os adiantamentos apresentados no item “i” da Nota Explicativa nº 8, são mantidos até sua execução total ou sua devolução, não sendo mais tratados como receita operacional.
- (iv) Outras receitas operacionais:
A variação aumentativa decorre de recuperação de tributos (VAT) sobre ordens de pagamento realizadas na Comunidade Econômica Europeia.

22 Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2014	2013
Despesas com pessoal (i)	(52.160)	(47.903)
Despesas com encargos	(17.854)	(13.631)
Despesas com benefícios (ii)	<u>(10.962)</u>	<u>(20.079)</u>
Total	<u>(80.976)</u>	<u>(81.613)</u>

- (i) Despesas com pessoal:
A variação aumentativa refere-se: (a) ao dissídio de 6% aplicado sobre as remunerações dos empregados da APEX-BRASIL; (b) à implantação em junho de 2014 do Prêmio por Tempo de Serviço (PTS); e (c) às movimentações salariais do Plano de Cargos e Salários (PCS). Estas variações também têm impacto sobre os encargos sociais.
- (ii) Despesas com benefícios:
A variação diminutiva refere-se ao pagamento das contribuições mensais da APEX-BRASIL como patrocinadora do APEX-PREV - Plano de Previdência Complementar. No segundo trimestre de 2013, a APEX-BRASIL realizou a contribuição extraordinária de Tempo de Serviço Passado (TSP), relativo à constituição da APEX-PREV - Plano de Previdência Complementar, no montante de R\$ 12.210.

23 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2014	2013
<u>Serviços técnicos especializados</u>		
Despesas com publicidade e propaganda (i)	(18.021)	(15.503)
Serviços técnicos em <i>software</i> , advocatícios e consultorias	(9.318)	(8.998)
Locação de mão de obra (ii)	(8.159)	(5.228)
Despesas com eventos de representações e treinamentos (iii)	(1.949)	(6.053)
<u>Despesas com viagens:</u>		
Despesas com passagens, hospedagens e transporte (iv)	(11.190)	(14.281)
Despesas com diárias, alimentação e transporte (v)	(7.566)	(6.012)
Despesas com viagens de terceiros (vi)	(2.163)	(3.868)
<u>Infraestrutura operacional:</u>		
Despesas com aluguel e locação de equipamentos	(10.488)	(9.450)
Despesas com manutenção e serviços gráficos (vii)	(2.487)	(1.229)
Despesas com serviços de comunicação	(1.686)	(2.016)
Despesa com material de consumo	(768)	(538)
Total	(73.795)	(73.176)

- (i) Despesas com publicidade e propaganda:
A variação aumentativa refere-se principalmente a despesas de publicidade de promoção da Copa do Mundo 2014, com a marca Brasil Beyond e com produção de mídia institucional.
- (ii) Locação de mão de obra:
A variação aumentativa refere-se à repactuação contratual e de aumento das contratações eventuais sob demanda, principalmente relacionadas a eventos.
- (iii) Despesas com eventos de representações e treinamentos :
A variação diminutiva refere-se a eventos de promoção comercial nas filiais em 2013 classificados como despesas administrativas.
- (iv) Despesas com passagens, hospedagens e transporte:
A variação diminutiva refere-se a despesas de passagens e hospedagens de empregados e convidados, relacionadas aos eventos nacionais e internacionais, destacando-se os Projetos Carnaval 2014 e Copa do Mundo 2014, que foram antecipadas e realizadas em 2013 em cumprimento aos acordos comerciais de garantia dos eventos.
- (v) Despesas com diárias, alimentação e transporte:
A variação aumentativa refere-se a despesas de passagens e hospedagens de empregados e convidados, relacionadas aos eventos nacionais e internacionais, destacando-se os Projetos Carnaval 2014 e Copa do Mundo 2014.
- (vi) Despesas com viagens de terceiros:
A variação diminutiva refere-se ao pagamento em 2013 de despesas de hospedagem de convidados para preparação de eventos da Copa do Mundo de 2014, nas cidades de Belo Horizonte e Fortaleza.
- (vii) Despesas com manutenção e serviços gráficos:
A variação aumentativa refere-se principalmente a despesas de materiais e serviços gráficos relacionados aos eventos ocorridos no período.

24 Despesas tributárias

Descrição	2014	2013
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(6.685)	(7.024)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(1.362)	(1.393)
CIDE sobre remessa para o exterior (i)	(2.855)	(4.486)
Outros tributos e taxas	<u>(1.392)</u>	<u>(1.280)</u>
Total	<u><u>(12.294)</u></u>	<u><u>(14.183)</u></u>

- (i) CIDE sobre remessa para o exterior:
Como prática da APEX-BRASIL, em 2013, a Administração revisou as hipóteses de incidência da CIDE sobre as remessas de pagamentos de serviços ao exterior, dos exercícios de 2008 a 2011, e identificou novas hipóteses de incidências sobre algumas destas remessas. A revisão desses pagamentos demandou análises tributárias, pareceres jurídicos, revisão de cálculos, apuração de valores, e reenvio de declarações, concluindo este trabalho durante o terceiro trimestre de 2013, quando houve condições de efetuar o recolhimento deste tributo. O impacto deste recolhimento foi de R\$ 2.650 e sobre este valor não houve incidência de multa, pois foi utilizado o instituto legal da denúncia espontânea de tributos não declarados.

25 Despesas com projetos

Descrição	2014	2013
Despesas com projetos (i)	(177.955)	(175.655)
Despesas com feiras e eventos internacionais (ii)	(44.305)	(42.937)
Despesas com feiras e eventos nacionais (ii)	(37.117)	(20.940)
Outras despesas de projetos (iii)	<u>(10.645)</u>	<u>(28.358)</u>
Total	<u><u>(270.022)</u></u>	<u><u>(267.890)</u></u>

- (i) Despesas com projetos:
As despesas com projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando 84 setores produtivos, como moda, agronegócios, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos e casa e construção.
- (ii) Promoção de negócios e imagem em feiras e eventos nacionais e internacionais:
As despesas com promoção de negócios e imagem pela exposição de produtos e serviços de diferentes setores brasileiros em feiras e eventos nacionais e internacionais são ações que têm por objetivo facilitar o acesso das empresas brasileiras aos mercados internacionais, diversificar os destinos das exportações brasileiras e melhorar a percepção internacional acerca das empresas, dos produtos e dos serviços brasileiros por meio de eventos internacionais. Estes eventos possibilitam aos empresários o contato direto com parceiros de negócios internacionais, que auxiliam na inserção ativa e competitiva das empresas nacionais nos mercados estrangeiros.
Os principais eventos internacionais de 2014 foram a Fórmula Indy, a SIAL, a Gulfood, a FIDAE (Feira Internacional del Aire y del Espacio) e a SXSW (South by Southwest). No mesmo período de 2013, além da Fórmula Indy, destacou-se o evento PBR (Professional Bull Riders). Os principais eventos nacionais de 2014 foram a Copa do Mundo e o Projeto Carnaval. No mesmo período de 2013, além do Projeto Carnaval, destacou-se a Copa das Confederações.
- (iii) Outras despesas de projetos:
A variação diminutiva decorre de despesas de patrocínio de eventos em 2013 com destaque para a realização dos Projetos Copa das Confederações e Copa do Mundo 2014.

26 Receitas e despesas financeiras

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios de 2014 e 2013, das receitas e das despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos de investimentos dos recursos da Agência:

Descrição	2014	2013
Rendimentos de fundos exclusivos (i)	10.624	9.597
Rendimentos de fundos de giro (ii)	1.936	1.139
Variação cambial (ganho)	1.197	1.419
Despesas financeiras de tarifas e variação cambial	(1.231)	(907)
Despesas financeiras de impostos sobre aplicações	(474)	(312)
Total	<u>12.052</u>	<u>10.936</u>

- (i) Rendimentos de fundos exclusivos:
A variação aumentativa resulta do aumento dos saldos médios dos recursos aplicados e do retorno anual de aproximadamente 11% sobre o saldo das aplicações financeiras dos fundos exclusivos.
- (ii) Rendimentos de fundos de giro:
A variação aumentativa decorre de maior volume de recursos aplicados em fundo de investimentos de curto prazo, como recursos recebidos de convênios com previsão de desembolso imediata, de acordo com a política de investimentos da APEX-BRASIL.

27 Benefícios pós-emprego a empregados

A APEX-BRASIL é patrocinadora fundadora do plano de benefícios APEX-PREV, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelo risco adicional vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora. O plano APEX-PREV foi criado em 30 de setembro de 2013.

Os benefícios assegurados pelo plano de benefícios APEX-PREV são:

- Benefício de Aposentadoria normal.
- Benefício de Aposentadoria antecipada.
- Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido.
- Benefício de Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pelo APEX-PREV aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão.

- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões.
- Plano de assistência médica para empregados ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no APEX-PREV estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 1º de agosto de 2015, o qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte.
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista este seguro contratado, a APEX-BRASIL exime-se dos riscos atuariais elencados no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

28 Cobertura de seguros

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos, por contrato de seguro, para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 14.176, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a Entidade.

29 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas da APEX-BRASIL:

- Pessoal-chave da Administração.
- Plano de Benefícios Apexprev.

Sobre a remuneração do pessoal-chave da Administração:

- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.
- Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Entidade não remunera seus conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria em conformidade ao que determina a Resolução CFC nº 1.297/10:

Descrição	2014	2013
Benefícios de curto prazo (i)	<u>1.770</u>	<u>1.783</u>
Total	<u>1.770</u>	<u>1.783</u>

- (i) Considera remuneração e encargos e estão incluídos nos valores de Despesas com Pessoal apresentados na Nota Explicativa nº 22.